



A relação entre narração e memória como possibilidade metodológica na constituição da história da psicologia no Brasil

**The relation between memory and narrative as a methodological possibility in
the constitution of the history of psychology in Brazil**

Jozélia Regina Díaz Olmos
Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

O artigo objetiva refletir sobre a relação entre narração e memória como possibilidade metodológica na constituição da história da Psicologia no Brasil. Tomando como ponto de partida a dissertação de mestrado que reconstituiu uma parte da história e da memória do Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes (1969 a 1982), instituição que não preservava sua memória oficialmente, busca transmitir as idéias e as contribuições que a autora utilizou como pontos de apoio e o caminho (método) que trilhou para realizar o trabalho. Conclui-se que os fios para iniciar a tecitura da história, podem ser buscados na memória dos que a fizeram, lembrando que a narrativa final não é verdade definitiva e absoluta, mas é algo relativo à versão de cada narrador. Trata-se de uma narrativa articulada por muitas vozes que falam ou que também silenciam e que geram outras vozes capazes de prolongar a voz original.

Palavras-chave: memória; narrativa; história da psicologia.

Abstract

It is aimed at reflecting upon the relation between memory and narrative as a methodological possibility in the constitution of the history of Psychology in Brazil. It starts with a master's degree dissertation, which reconstructed a part of the history and memory of the Psychology course at the University of Mogi das Cruzes, an institution that had not preserved its memory officially. It seeks to transmit the ideas, contributions and lights that the author utilized as backups as well as the path (i.e. the method) she used to do her essay. It concludes that the threads on which to start the sewing of any history can be searched in the memory of those who actually made it. It also concludes that the final narrative is not an absolute and definite truth, but it is indeed, the result of putting together pieces of each narrator's experience and point of view, told in an experience of many voices that speak up at times and also silence and that may generate other voices to complete or prolong the original.

Keywords: memory; narrative; History of Psychology

Escrever a História significa conferir fisionomia às datas
(Walter Benjamin)

Este texto tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre relação entre memória e narração como possibilidade metodológica na constituição da história da Psicologia no Brasil. Ambas, permitem deixar o âmbito do individual e do privado para virem compor uma narrativa coletiva e pública da experiência de psicólogos no Brasil.

Escrever e lembrar são atividades solitárias se não deixarem o âmbito de sua origem. Para ganharem a força do coletivo, é preciso, ao escrever, recorrer a um amontoado de livros pelos quais se perambula a procura de pontos de apoio e de proteção para que o escritor sintasse-se seguro e aquecido na convivência com os outros, pois a palavra individual deve ser fortificada pela autoridade dos que se debruçaram sobre um assunto,



que pesquisaram empírica ou teoricamente sobre ele. Ao lembrar é necessário fazer apelo a pontos de referência que existem fora de nós e que sempre são fixados cultural e socialmente pois o mundo dos objetos, da cultura e das ações políticas tem maior durabilidade que a vida do homem concreto. Tais atividades são tecidas a partir de vários pontos de apoio e de referência que possibilitam trazer, ao aqui e agora, uma situação, um fato ou um acontecimento, tornando-se essenciais na elaboração da experiência e do conhecimento, seja ele de que nível ou tipo for.

Carlo Ginzburg (1996) escreveu algo que foi o fio condutor da minha dissertação de mestrado (1) que reconstruiu uma parte da história e da memória do Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes:

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as "gestas dos reis". Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. "Quem construiu Tebas das sete portas?" – perguntava o "leitor operário" de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (p.15).

Como uma psicóloga, aprendiz de historiadora, fui em busca das "gestas dos reis" e dei-me conta de que a Instituição não preservara sua história oficialmente. Então, como "operária" construtora, perguntei: — Quem construiu o curso de Psicologia da UMC?, — Quais foram os 'pedreiros anônimos' não registrados nas fontes oficiais que poderiam ajudar-me na re-construção da história do Curso?

Entretanto, para chegar a essas perguntas e obter possíveis respostas para elas, foi fundamental libertar-me das "armaduras" e das "bulas" que tolhem os que pretendem produzir algum conhecimento. Queria seguir um caminho (método) diferente, pois achava que os disponíveis eram insuficientes para iluminarem o que gostaria de trilhar. Encontrei esse caminho nos historiadores da História Nova (2) os quais evitaram o reducionismo da História a um único sentido — como ciência — e deslocaram o olhar do historiador para inúmeras descobertas.

A nova perspectiva abriu um leque de possibilidades de mudanças e dilatações no campo da História, trazendo novos problemas, novas abordagens enriquecedoras e modificadoras dos setores mais tradicionais. Além disso, objetos de conhecimento que até então escapavam do território da História tradicional foram sendo incorporados pela Nova História indo desde o clima, o corpo, o mito, a festa, o inconsciente da psicanálise, a imagem cinematográfica, a mentalidade, a cozinha, o livro entre outros, cuja trivialidade não permitia fazerem parte daquele modelo, mas que neste, alcançam dignidade e colocam a História num domínio em expansão ilimitado.

A partir dos *Annales* a História como objeto da historiografia (3) não pôde mais ser pensada como totalidade ou mundo histórico, como o absoluto dos historiadores do passado. Ao não se reconhecer uma historiografia universal que tenha como ponto de partida o plano providencial (4) desemboca-se numa historiografia que reconhece a pluralidade das formas do conhecimento histórico e a sua dependência em relação ao material documentário disponível e aos princípios orientadores da escolha do historiador, ficando sem sentido falar em progresso ou decadência de modo absoluto.

Ao novo olhar, o conhecimento histórico passa a dizer respeito a um tema de investigação, único e irrepetível, com parâmetros cronológicos e geográficos específicos e sempre articulado às condições contextuais. Isso permitiu não desconsiderar diferenças e peculiaridades próprias, as identidades individuais, sociais e culturais.

Um dos grandes ensinamentos desses novos historiadores foi perceberem que as sociedades históricas funcionam com base na memória e que isso inclui seu fluxo e refluxo, seu recolhimento e sua dispersão. Sabe-se, desde Hesíodo, que Mnemosine, uma das doze filhas de Urano (Céu) e Gaia (Terra) unidos pela força de Eros, é a memória universal, a lembrança conservada tanto nos monumentos quanto na alma dos Homens.



A memória, seja ela entendida como o sentimento e a experiência do tempo como alguma coisa que passou ou como o passado se presentificando, seja entendida como o registro subjetivo dos acontecimentos pela significação que tiveram para a pessoa, pode oferecer uma contribuição que possibilita uma compreensão complementar ao registro oficial e voluntário dos acontecimentos fixados nos documentos reconhecidos pela História como organização e sistematização de fatos feitos para lembrar. Cabe lembrar que os fatos, apesar de revestidos de um caráter de verdade, nunca são isentos de ideologia (5).

Na Psicologia e na historiografia da Psicologia tradicional, a tendência tem sido "apagar as pegadas!" (6), apagar as marcas deixadas pelos que nos antecederam sem considerar a riqueza da cultura psi no Brasil dita pré-científica, valorizando ou superestimando aquilo que vem de fora. Ao esquecer as raízes, proibir a memória, ao ficarmos incapacitados de viver relacionamentos estáveis e significativos, de ouvir o outro e a nós mesmos, ficamos empobrecidos de "experiências intercambiáveis" (Benjamin, 1985) e duvidamos acerca do valor e da necessidade de comunicá-las.

Acredito que para reverter tal situação, uma das possibilidades seja o resgate da narração cujo cerne é a retomada péla palavra do passado que poderia desaparecer no silêncio e no esquecimento.

Narrar é contar uma história que pode ser real ou imaginária ou ambas as coisas ao mesmo tempo, relacionando personagens e ações e considerando circunstâncias de tempo e espaço. Mas a narrativa não comunica informações nem é mero relato de fatos, pois seu núcleo é a nomeação por meio da palavra que no fluxo narrativo conduzido pela memória descongela o inominado e se abre para novas direções e significações.

A narrativa não pede abreviação, nem conclusão, nem explicação; nela nada se consoma, tudo pode acontecer novamente. Benjamin (1985, p.215) diz que "os narradores movem-se para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada" e que a arte de narrar está caminhando para o fim, pois hoje não se trocam mais experiências, fonte de onde sorvem os narradores. Com o advento do romance na era moderna e também com a nova forma de comunicação, que é a informação, a narrativa entrou em declínio.

A prevalência da linguagem instrumental pautada pela novidade, pela brevidade, pela inteligibilidade fácil e pela desarticulação proposital entre uma notícia e outra caracteriza a linguagem da informação, que exclui a experiência do ouvinte ou do leitor e que não se circunscreve apenas ao âmbito da informação, mas atinge praticamente todos os discursos.

O sentido da cultura contemporânea é o presente, sem história e sem memória. Utilizando a metáfora dos pichis (7) "colônia de sobreviventes da qual desapareceram todos os valores exceto aqueles que podem reverter em ações que permitam conservar a vida" e citando Rouanet (8), Cardoso (1997) diz:

No 'puro presente' não há lugar para a narrativa de uma história. Na vivência reduzida à relação com o imediato e com o existente, à autoconservação, sem temporalidade, sem configuração do passado e do futuro, a possibilidade de narrar a própria história sequer se coloca como questão. Na ausência de uma história à qual se referir, na submissão à 'facticidade bruta do existente', a cultura se reduz a ser uma 'comunidade prática' caracterizada pela 'miséria simbólica'. Nela os seus 'personagens' sofrem os efeitos do que lhes acontece, mas não percebem 'a origem daquilo que lhes acontece'. Embora 'hábeis para lidar com os efeitos imediatos' não podem se constituir numa 'comunidade simbólica' porque são incapazes de se ancorar em alguma história constitutiva de si próprios. Esta incapacidade é



também, conseqüentemente, a de narrar esta história'. (p.171).

A narrativa, porém, não se reduz ao instante e nem se exaure com o tempo, assemelhando-se aos grãos de semente que durante milênios ficaram hermeticamente fechados nas câmaras dos faraós nas pirâmides egípcias, conservando até hoje a sua força de germinação. As sementes existem e precisam ser germinadas. É responsabilidade de cada psicólogo no Brasil achar as brechas para resgatar sua experiência que pressupõe sabedoria, tradição e um tempo de elaboração e, assim, distingui-la da mera vivência, deixada num registro meramente automático, sem possibilidade de resgatar a memória como um ensinamento a ser re-utilizado.

Ao contar sua história, cada psicólogo vai se dar conta de que o relato vai se desenrolar entre um início e um fim que não lhe pertence, pois a sua história depende de ações e de narrações de outros e que, portanto, não há nem começo nem fim absoluto em sua narração. A narrativa do seu fazer e do seu saber em diferentes contextos, ancorada na memória, pode ser uma possibilidade que se constitui em documento útil para a reconstrução da história da Psicologia no Brasil.

Apesar dos debates entre a história exercida na oralidade, geralmente considerada sem valor histórico porque memorialística, carregada de subjetividade e por isso mesmo não confiável e a história como organização e sistematização de fatos considerada como científica e verdadeira, os estudiosos da história da Psicologia no Brasil têm recorrido às narrativas dos personagens que construíram parte desta história. A história oral (9) pode dar grandes contribuições ao resgate da história da Psicologia no Brasil, gerando documentos importantes para revelar e conhecer a originalidade dos fazeres e saberes mesmo que tais documentos sejam prenhes de erros, mentiras e lendas (os quais são também fatos históricos e precisam ser analisados como tais) (Portelli,1998).

Thompson (1992), um dos pioneiros na utilização da história oral como método para o registro histórico, disse que há um acervo inesgotável de material oculto nas experiências e vivências pessoais que se tornam documentos e, por tal razão, podem ser arrolados como testemunhos trazendo uma nova dimensão para a história:

Uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser utilizada como matéria prima, os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar... podem pensar como se fossem eles próprios, editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la. (p. 25).

Esses documentos involuntários podem ser os fios que interminavelmente tecem a história, embora não sejam instituídos oficialmente como documentos-monumentos. (10)

Esta possibilidade metodológica e documental pode fazer um contraponto ou dar contribuições no sentido de não reduzir a complexidade do real à aridez dos números e dos documentos escritos, trazendo uma opulência de detalhes, de ângulos e de caminhos que só podem enriquecer o conhecimento e a história da Psicologia no Brasil, numa lógica muito diferente da suposta objetividade do historiador historicista (11), despertando, por um lado, pontos de vista que foram calados pela visão oficial, permitindo re-encontrar qualidades perdidas, objetos de valor inestimável, lugares onde aconteceram experiências marcantes de relacionamentos e de movimentos sócio-políticos belos ou horrendos, dependendo da perspectiva do sujeito que os testemunhou. Por um lado, o fluxo da memória pode deixar-nos desconcertados quando se recupera algo do passado que se perdeu no presente (12) mas, por outro, pode dar coragem e força para organizar o pensamento e as lutas atuais das pessoas envolvidas. (13)

A escolha e a responsabilidade de cada psicólogo e de cada psicóloga na re-construção de sua história passa por buscar as raízes e vislumbrar a possibilidade de interromper o caráter aparentemente irreparável e irreversível dos acontecimentos que assolam principalmente o ensino da Psicologia no Brasil (14) e comprometem a atuação profissional. Através do resgate de vozes de alguma forma silenciadas pelo discurso hegemônico, é preciso recuperar a ética e não mais discutir a veracidade ou caráter



científico dos fazeres e dos saberes de psicólogos no Brasil, dando a esses “aprendizes de feiticeiros” a possibilidade de interromper sua própria feitiçaria e fazendo retornar às suas mãos a responsabilidade e o fazer histórico. (15)

Creio que este seja um dos grandes desafios dos psicólogos no Brasil, quer atuem na docência, na pesquisa ou como profissionais da saúde: buscar as raízes da Psicologia que aqui tem sido feita para que possamos construir uma nova psicologia que, de fato, seja uma psicologia que cuide do humano e tenha compaixão pela terra (Boff, 1999) e não apenas os mencione por ser politicamente correta.

Para isso é preciso ir em busca de uma psicologia que consiga se desvencilhar do “labirinto racionalista” ou que esteja nele aprisionada pelo fio de Ariadne que auxiliou Teseu a sair dele e a fugir do Minotauro sem se perder, mesmo que isso signifique que sem esse fio não há caminhos previstos (Matos, 1992) a seguir e que, portanto, há riscos e desafios.

Talvez o grande desafio nos remeta ao confronto com a racionalidade instrumental cravada na sociedade brasileira, mas não exclusiva dela (16) nem da psicologia no Brasil, que nos leva a confundir negativamente passado e atraso, passado e obsoleto, ultrapassado, desprestigiado — persistência a ser vencida!

Gostaria de colocar ainda algumas questões metodológicas implicadas que devem ser consideradas quando se opta por este caminho.

No dizer de Queiroz (1988) a narrativa é uma solidificação ou cristalização da experiência, que é “indizível”. O avanço tecnológico permitiu conservar a narração (relato oral) através de inúmeras formas e assim manter a vivacidade da voz do narrador, suas entonações, suas pausas, vai-vens, silêncios, que são dados preciosos. Nova cristalização ocorre quando se traduz ou se transcreve a palavra falada em um signo (desenho ou escrita).

Nestas condições, introduz-se entre o narrador e o ouvinte/público — elementos que sempre existiram na transmissão e difusão do saber oral — um terceiro elemento, mediador entre o relato e o ouvinte: o pesquisador ou o autor da pesquisa. (17)

Este é um aspecto fascinante deste tipo de pesquisa: o eu narrador. Quem é ele? A quem nos referimos quando apresentamos a história na primeira pessoa do singular?

Estamos nos referindo ao eu do narrador (18) aquele que é o condutor da história que relata partes ou toda sua vida e dá a sua versão de algum fato ou é o eu do autor da pesquisa, aquele que cria o produto final da entrevista?

Meihy (1996) diz que essa dupla identidade é aparente pois o poder de quem deu o testemunho prevalece sobre o de quem o colheu até a conclusão de sua história. O resultado final é do autor do trabalho. Trata-se de passar responsabilidades e direitos e o autor do trabalho deve anular sua mediação em favor do destaque do entrevistado.

Em suma, os fios para iniciar a tecedura da história, qualquer que seja ela, podem ser buscados na memória dos que a fizeram, lembrando que a narrativa final é sempre fruto de um momento, de um encontro e de um recorte feito, não podendo ser considerada como absoluta e definitiva, mas como algo relativo à versão de cada um contada numa experiência compartilhada feita de muitas e muitas vozes que falam e que silenciam também, podendo “gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original puxado por outros dedos”, como nos ensinou Bosi (1994).

Referências bibliográficas

- Benjamin, W. (1985). Sobre o conceito de história. Em W. Benjamin. *Obras escolhidas*. V.1 Magia e Técnica, Arte e Política. (S. P. Rouanet, Trad. e Org.). (pp.197-221). São Paulo: Brasiliense. (Originalmente publicado em 1972).
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis: Rio Janeiro: Vozes.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1983).



- Cardoso, I. (1997). *Utopia e mal estar na cultura: perspectivas psicanalíticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ginzburg, C. (1996). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (M. B. Amoroso, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1976).
- Matos, O. C. F. (1992). Memória e história. *A terceira idade*, 4 (6), 5-15.
- Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola.
- Oliveira, R. C. (1998). *O Trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP; Paralelo 15.
- Portelli, A. (1998, 7 de junho). *Ciência do indivíduo*. Entrevista free-lance para o Jornal A Folha de São Paulo, Mais!.
- Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do "indivizível" ao "dizível". Em O. M. von Simson (Org.). *Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)*. (pp.14-42). São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5).
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. (L. L. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1978).

Notas

(1) Cf. Olmos, Jozélia Regina Díaz. (1999). *História e Memória do Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes (de 1969 a 1982)*. Dissertação de Mestrado, Área de Concentração Psicologia do Escolar e do Desenvolvimento Humano, do Programa de Pós Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Orientadora: Maria Luísa Sandoval Schmidt.

(2) Movimento marcado pelas contribuições de Lucien Febvre, Marc Bloch nos *Annales d'histoire économique et sociale* – revista fundada no período entre as duas guerras e continuada por Fernand Braudel e por historiadores tendo como marco a inovação por eles iniciada e que oferece possibilidades inovadoras para a investigação histórica. O movimento ficou conhecido simplesmente como *Annales*.

(3) Ciência ou disciplina que dirige o conhecimento dos fatos humanos entendidos como formações sociais em seus diferentes aspectos; transformações sociais sob o impacto de certos acontecimentos como guerras, revoluções etc. e também os suportes da memória coletiva como documentos, pinturas, monumentos, filmes, moedas, lápides, testemunhos e relatos orais e escritos entre outros.

(4) O plano providencial ou de desenvolvimento necessário dos eventos humanos até o final de um estado definitivo de perfeição pressupõe uma providência divina, como em Santo Agostinho, ou como no positivismo comteano que considera a história como o desenvolvimento progressivo da humanidade — o Grande Ser que é o conjunto dos seres passados, futuros e presentes que concorrem livremente para aperfeiçoar a ordem universal, necessária e perfeita —, ou ainda como no marxismo, em que a história como processo unilinear e progressivo que necessariamente chegará, através da luta de classes, à sociedade sem classes, que é o modo de viver definitivo e perfeito do gênero humano.

(5) Cf. Le Goff, J. (1982). *Reflexões sobre a história*: entrevista de Francesco Maiello. (A. J. P. Ribeiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Coleção O lugar da história, 19). (Originalmente publicado em 1982). Ler especialmente o Capítulo III – A Nova História, p. 83-89 em que



o autor discute a questão da veracidade-falsidade dos documentos e a necessidade de reconhecer que um documento falso também é uma verdade histórica.

(6) Cf. Brecht, B. (1986). *Poemas*. São Paulo: Brasiliense, p.69-70.

(7) A partir do relato que Beatriz Sarlo faz do romance de Fogwill: *Los Pichi-ciegos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994.

(8) Cf. Rouanet, S. P. (1986). *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, p.103.

(9) Podemos falar numa história oral brasileira que se utiliza basicamente de entrevistas como fonte histórica. A invenção do gravador facilitou a realização de entrevistas e possibilitou a criação de arquivos de fontes orais. No Brasil temos o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil e o Museu da Imagem e do Som e tem crescido muito o trabalho com esta modalidade de pesquisa. O Projeto Memória dos Pioneiros da Psicologia no Brasil, tem trazido importantes contribuições para a história da Psicologia no Brasil.

(10) Os monumentos eternizam a imagem do passado e fazem parte da história oficial celebrativa, construída pelos dominantes e para ser reconhecida pelas novas gerações. São instituídos e por isso arquivam o passado sem possibilidade de recontá-lo de outra forma; os documentos, ao contrário, são elementos que permanecem involuntariamente de forma fragmentária, desordenada, dispersa e o historiador deve recolher para construir sua tradição.

(11) Benjamin, W. (1985) denomina a historiografia convencional de historicista na medida em que acredita que o passado é exatamente o que foi e o eterniza através dos monumentos a serem reconhecidos pelas gerações na sucessão do tempo.

(12) Especificamente no referido Curso de Psicologia, é assim que nos sentimos no momento.

(13) Cf. Bueno, B. O. e outros (1993). Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, 4 (1/2), 299-318. As autoras discutem como a memória individual adquire sentido quando compartilhada, na medida em que a narração do passado é provocada e se elabora em torno de referências e de pontos em comum com a memória de outros, definindo um patrimônio cultural comum, reforçando o sentimento de pertença e cimentando a coesão necessária ao estabelecimento de identidades, quer de indivíduos, grupos ou nações.

(14) Refiro-me especificamente às discussões curriculares pautadas pelas Diretrizes Curriculares propostas pelo MEC e amplamente discutidas pelo CFP-CRP's e Entidades de Nacionais da Psicologia Brasileira, bem como pelo Sistema Nacional de Avaliação de Cursos, enfim, à toda problemática que assola o ensino no terceiro grau a qual tem reduzido o ensino da Psicologia a um amontoado de habilidades e competências.

(15) Cf. Figueiredo, L. C. (1995). *Revisitando as psicologias*. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, especialmente no capítulo III - Ética, Saúde e Práticas Alternativas em que discute a questão da multiplicidade e dispersão teórica da Psicologia e a esperança de alcançar a unidade doutrinária e metodológica e do crescente desinteresse do autor pelas questões epistemológicas e metodológicas, retoras e juízas do conhecimento, para deslocar-se para a questão ética das práticas e dos discursos psicológicos. Também Carlos Alberto Drawin, na abertura do I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão em 2002, traz um alerta contundente a respeito do império da tecnociência e mostra a direção que os psicólogos brasileiros podem tomar na construção coletiva de uma ética que referencie



o trabalho dos psicólogos com crianças, com o povo das ruas, com os doentes, com os aidéticos, com os leprosos, com a massa de excluídos, com os sem-futuro.

(16) Na realidade a racionalidade instrumental impregna toda e qualquer área ou campo de saber, mas especialmente é no campo educacional que mais se presentifica e é perigosa.

Nota sobre a autora

Jozélia Regina Díaz Olmos é doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e psicóloga clínica. Foi professora da disciplina Psicologia Existencial Fenomenológica e supervisora de estágio em Psicologia Clínica na mesma abordagem para o Curso de Psicologia na Universidade de Mogi das Cruzes. Endereço para contato: Rua Joaquim Martins Coelho, 202, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil, CEP 08790-650; e-mail: segabi@uol.com.br

Data de recebimento: 25/01/2003
Data de aceite: 14/04/2003